

POLÍTICA EXTERNA PORTUGUESA

**MOISÉS SILVA FERNANDES,
MACAU NA POLÍTICA EXTERNA CHINESA,
1949-1979**

Lisboa, ICS, 2006, 394 pp.

Na última década, o investigador Moisés Silva Fernandes, actualmente director do Instituto Confúcio da Universidade de Lisboa, tem-se dedicado a reconstituir o quadro das relações luso-chinesas no período pós-II Guerra Mundial, tendo como referência a questão de Macau. Para além de dezenas de artigos em revistas especializadas, o autor publicou em 1999, o ano em que o enclave transitou finalmente para a administração da República Popular da China (RPC), uma *Síntese de Macau nas Relações Luso-Chinesas, 1945-1995*, instrumento de referência indispensável para o estudo dos últimos anos da nossa presença no delta do rio das Pérolas.

Este livro, editado em finais de 2006, remata anos de pesquisa aturada em arquivos nacionais e estrangeiros e condensa as reflexões que o autor foi desenvolvendo em torno da complexa interacção entre Portugal e a China. É um obra estimu-

lante a vários níveis. Em primeiro lugar, não é de mais salientar a formidável persistência de que Silva Fernandes foi dando provas ao longo de todos estes anos no sentido de aceder a documentação que as autoridades portuguesas ainda reputavam de «sensível» (de notar, aliás, que certos espólios referentes à crise de 1966-1967, como os arquivos da diocese de Macau, ou os da PSP e da Polícia Judiciária, ainda permanecem vedados à consulta). Em segundo lugar, o autor conseguiu realizar uma abordagem multifacetada da questão, inscrevendo-a na trama mais vasta da política chinesa e do relacionamento da RPC com outros actores internacionais. Nesse sentido, esta obra está longe de interessar apenas aos estudiosos de Macau; ela poderá também fornecer uma série de perspectivas interessantes para os historiadores da Guerra Fria e os analistas da política externa chinesa. Contrariamente a algumas interpretações estabelecidas, Silva Fernandes vem demonstrar, de forma persuasiva, que os acontecimentos que entre Dezembro de 1966 e Janeiro de 1967 conduziram à «prostração» da administração portuguesa em Macau deverão ser entendidos à luz

de uma série de dinâmicas convergentes, as quais envolveram uma intensa luta de bastidores entre empresários e altos responsáveis da administração portuguesa em torno das lucrativas concessões ligadas ao jogo e ao comércio do ouro. A crise do «Um, Dois, Três», bem como outros incidentes ocorridos ainda no âmbito da Revolução Cultural chinesa, terá sido habilmente manipulada pelos empresários chineses de Macau mais ligados à China continental (os chamados «capitalistas compatriotas vermelhos») para recuperarem a influência que haviam perdido nos últimos anos, e se afirmarem, uma vez mais, como os interlocutores indispensáveis entre Lisboa e Pequim.

**NICOLAU ANDRESEN LEITÃO,
ESTADO NOVO, DEMOCRACIA E EUROPA,
1947-1986**

Lisboa, ICS, 2007, 324 pp.

No âmbito da Ciência Política, os estudos europeus têm-se vindo a afirmar como uma área de estudos que congrega um número crescente de praticantes. Apesar da sua recente institucionalização em Portugal, dispomos já de um número razoável de estudos que se debruçam sobre as nossas ligações ao fenómeno da construção europeia. Nicolau Andresen Leitão, investigador do ICS, doutorado pelo Instituto Universitário Europeu, elegeu como tema de investigação o posicionamento do Estado Novo e das suas elites relativamente às principais iniciativas que marcaram a integração europeia entre as décadas de 1950 e 1970.

A obra agora dada à estampa leva o tema mais longe, abordando também as negociações para a adesão de Portugal à CEE iniciadas após 1977. Baseada numa investigação de grande fôlego, esta obra apresenta como pontos mais fortes os capítulos dedicados à atitude dos governos de Salazar e Caetano perante os desenvolvimentos da política europeia entre 1956 e 1972, a saber, as negociações que conduziram à formação da CEE e da EFTA entre 1957 e 1959, as tentativas de associação ao Mercado Comum (na sequência dos pedidos britânicos de adesão de 1961 e 1963), e a celebração do acordo comercial de 1972 («imposto» pelo iminente ingresso do Reino Unido na CEE). Para além das fontes primárias portuguesas e estrangeiras (National Archives britânicos e Arquivo Histórico da Comunidade Europeia, em Florença), o autor recolheu ainda os depoimentos de vários protagonistas nacionais que acompanharam de perto os acontecimentos analisados no livro. De forma mais enfática do que outros historiadores, Nicolau Leitão acentua o essencial pragmatismo de Salazar em relação aos desafios da integração europeia. Para o autor, a ideia de que o regime virou as costas à Europa devido ao seu nacionalismo estreito e obsessão com as colónias africanas é errada. A sua análise procura demonstrar que, pelo contrário, o entrosamento económico e comercial com a Europa Ocidental foi um elemento incontornável na própria viabilização do regime após a década de 1950. Sem o desenvolvimento proporcionado pelos estímulos oriundos da Europa, o Estado Novo dificilmente teria conseguido elevar o nível de vida da

população, garantir um certo nível de estabilidade social interna e, em última análise, pagar as dispendiosas guerras de África. O autor sublinha que as colónias jamais constituíram uma alternativa credível aos laços com a Europa, não obstante as exaltadas declarações de amor ao império proferidas por decisores, diplomatas e empresários. Menos convincente, porém, se nos afigura a sua opinião relativa à perfeita identidade entre as atitudes do Estado Novo e do regime democrático perante a construção europeia. Em nenhuma ocasião Salazar e Caetano deram a entender que estariam dispostos a pagar o preço político de uma opção europeia sem ambiguidades – a liberalização do regime autoritário.

**SANDRINE BÈGUE,
LA FIN DE GOA ET DE L'ESTADO
DA ÍNDIA. DÉCOLONISATION ET GUERRE
FROIDE DANS LE SOUS-CONTINENT
INDIEN (1945-1962)**

Lisboa, ID/MNE, 2007, 2 vols., 1392 pp.

Não obstante as suas importantes implicações para o processo de descolonização português, o caso de Goa só muito recentemente começou a ser objecto de um tratamento mais rigoroso. Durante anos, tivemos de nos contentar com testemunhos apoloéticos de personalidades de alguma forma ligadas à derradeira etapa da presença portuguesa no subcontinente indiano. Essa lacuna historiográfica começou a ser corrigida há dois anos atrás com o livro de Maria Manuel Stocker, *Xeque-Mate a Goa*, já recensado nas páginas desta revista. A obra agora dada à estampa,

da historiadora francesa Sandrine Bègue (Universidade de Nantes), vem complementar e aprofundar vários aspectos do livro de Stocker. Para além de reconstituir minuciosamente a disputa diplomática entre Lisboa e Nova Deli, situando-a no quadro internacional da época, a autora oferece-nos um panorama extraordinariamente multifacetado da questão de Goa. Graças a uma pesquisa sistemática nos principais arquivos portugueses (civis e militares), e em vários arquivos estrangeiros (França, Reino Unido e Índia), a autora consegue evitar que a sua narrativa fique demasiado vinculada a uma perspectiva de «alta política», ao pingue-pongue das chancelarias. Pelo contrário, a sua investigação reconstitui a dinâmica política nos territórios sob administração portuguesa, dando o devido destaque às aspirações e iniciativas de uma série de actores locais. O mesmo sucede com o papel desempenhado pela Igreja católica, e com o importante jogo diplomático que se desenrolou entre o Vaticano, Portugal e a União Indiana.

Salazar e a sua política não saem bem deste estudo, mas também não se pode dizer que ele venha validar o golpe de força protagonizado por Nehru em 1961. A autora, aliás, parece retirar uma certa satisfação sempre que sublinha as discrepâncias entre a postura moralista do primeiro-ministro indiano e a sua relativa indiferença às aspirações dos habitantes de Goa. Embora os estudiosos da política externa portuguesa encontrem nesta tese de doutoramento uma grande massa de informação, e um valioso auxiliar de pesquisa graças às pistas documentais deixadas pela autora, é pena

que esta investigação não tenha sido objecto de uma depuração. É claro que isso teria exigido a redacção de um novo livro, mas, provavelmente, esse esforço seria depois recompensado pela audiência mais vasta que quase de certeza alcançaria.

**LUÍS ESTEVES FERNANDES,
DE PEQUIM A WASHINGTON. MEMÓRIAS
DE UM DIPLOMATA PORTUGUÊS**

Lisboa, Prefácio, 2007, 199 pp.

A semelhança do que sucedeu com outros sectores da administração, o corpo diplomático acomodou-se relativamente bem à guinada autoritária associada ao regime fundado por Oliveira Salazar. No entanto, esse conformismo não deixou de coexistir com uma série de atitudes insubmissas por parte de alguns elementos ligados ao Palácio das Necessidades. Nos últimos anos, estudos históricos e colectâneas documentais têm posto em evidência o protagonismo de algumas dessas personalidades, tais como o ministro de Portugal em Berlim (1933-1940), Veiga Simões, ou o embaixador em Londres (1937-1943), Armino Monteiro.

De Pequim a Washington, as memórias póstumas de Luís Esteves Fernandes, acrescentam mais um nome a esta galeria. Redigidas entre 1964 e 1966, quando o seu autor se encontrava já aposentado, elas foram agora editadas pelo seu filho Roberto. São um documento raro. O registo é invulgarmente cândido e acutilante – próprio de alguém que não acalentaria grandes ilusões quanto à publicação do seu manuscrito ainda em vida.

Nascido em 1897, Esteves Fernandes foi um dos primeiros juristas licenciados pela Faculdade de Direito de Lisboa, tendo sido condiscípulo de figuras como Azeredo Perdigão, Florbela Espanca, ou Armino Monteiro. As primeiras páginas do livro evocam essa experiência, bem como o seu tirocínio no Ministério dos Negócios Estrangeiros, onde ingressara em 1920. O resto da obra está organizado em função dos postos que Esteves Fernandes ocupou. E que postos eles foram! Entre 1924 e 1931, esteve colocado em Pequim, numa altura em que o regime do Kuomintang se desintegrava rapidamente. Na vertiginosa década de 1930, prestou serviço em Paris, Londres, Pretória, Genebra e Madrid. Como tal, acompanhou de perto o impacto da recessão mundial em França, assistiu à crise da monarquia britânica motivada pela abdicação de Eduardo VIII, seguiu as peripécias da invasão da Etiópia pela Itália de Mussolini, e testemunhou o ressurgimento bóer na África do Sul. Na Sociedade das Nações foi chamado a intervir em debates melindrosos para Portugal, como os que se reportavam ao tráfico de estupefacientes em Macau, ao passo que em Espanha lidou de perto com o ascendente dos sectores mais extremistas da ditadura de Franco.

Dois extensos capítulos cobrem depois as duas missões mais importantes da carreira de Esteves Fernandes: Tóquio na II Guerra Mundial e Washington entre 1952 e 1961. Ambos contêm uma série de elementos que nos permitem conhecer melhor a actuação da diplomacia salazarista face a esses dois países. O autor é excelente na evocação de lugares, situa-

ções e pessoas, especialmente quando combina o seu desassombro com um toque de mordacidade.

Uma última nota sobre os aspectos formais da obra. Embora a iniciativa de Roberto Esteves Fernandes seja de saudar,

é pena que não tenha havido um maior cuidado na edição, nomeadamente na apresentação dos critérios da fixação do texto ou na elaboração da nota biográfica do autor.

■ PEDRO AIRES OLIVEIRA

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**JEREMI SURI,
HENRY KISSINGER
AND THE AMERICAN CENTURY**

Cambridge, The Bellknapp Press of Harvard University Press, 2007, 368 pp.

Jeremi Suri, historiador da Guerra Fria e professor na Universidade de Wisconsin, quis escrever uma biografia diferente de Henry Kissinger, não obstante a importância dos novos materiais de arquivo justificarem uma nova biografia do antigo conselheiro de Segurança Nacional e secretário de Estado do Presidente Richard Nixon.

A diferença de Suri está na valorização das origens, da formação e do percurso político e académico de Henry Kissinger antes de o professor de Relações Internacionais de Harvard assumir o seu personagem oficial em 1968. O exercício tem um lado bem conseguido, na relação entre o colapso da democracia alemã e a formação moral de Kissinger, educado como judeu na Baviera antes de se refugiar em Nova York. A relação é dupla: por um lado, na tese original de Suri, o «século americano» começou com o fim de Weimar e, por outro lado,

a experiência da destruição da «democracia sem democratas» impôs ao jovem refugiado o princípio da necessidade como norma moral e um profundo cepticismo quanto à capacidade das democracias para conter os seus inimigos internos e externos. A investigação é interessante na reconstituição das redes internacionais da Guerra Fria, bem como na análise dos escritos de Kissinger, incluindo a mais longa tese de licenciatura apresentada em Harvard, que revelam a sua ética: «Poetry is truer than history for it exhibits the spirituality with which man meets the inexorability of events».

O exercício é mais fraco na relação entre as origens judaicas de Kissinger, a sua visão e o seu percurso. A tradição histórica do *juif de cour* é invocada de uma maneira um pouco forçada e a concepção do mundo de Henry Kissinger é uma concepção conservadora realista clássica, de certo modo mais europeia do que americana. O único momento em que as suas origens – alemãs e judaicas – são relevantes parece ser a nomeação como administrador militar de Krefeld, em 1945. De resto, o remate da biografia – a posição de Kissinger sobre o Médio Oriente depois do «11 de Setembro» – mostra bem que o seu critério de

orientação continua a ser o interesse nacional dos Estados Unidos, por oposição ao idealismo democrático, incluindo a variante militarista republicana.

**HERFRIED MUNKLER,
EMPIRES. THE LOGIC OF WORLD
DOMINATION FROM ROME TO THE
UNITED STATES**

(Tradução de Patrick Camiller), Londres, Polity Press, 2007, 264 pp.

Não se sabe se os impérios voltaram a existir, mas estão na moda, sobretudo desde que o «11 de Setembro» revelou, a par do terrorismo catastrófico, o outro lado da unipolaridade. Em 2005, Herfried Munkler, professor de Teoria Política na Universidade Humboldt de Berlim, publicou *Imperien*, um dos ensaios mais interessantes sobre o tema.

O seu ponto de partida é distinguir entre estados e impérios – os primeiros têm fronteiras fixas que separam unidades idênticas, os segundos marcas porosas que não dividem unidades políticas com direitos iguais, mas definem graduações do poder; entre estruturas hegemónicas e impérios – as primeiras assentam na preponderância de uma unidade numa relação entre pares, os segundos reduzem as outras unidades ao estatuto de subordinação clientelar; e entre imperialismos e impérios – os primeiros revelam a vontade estratégica de expansão de um centro de poder, os segundos podem ser a consequência da iniciativa estratégica de uma periferia, como no caso do «*empire by invitation*», na fórmula cunhada por Geir Lundestad para descrever como as velhas

potências da Europa Ocidental forçaram os Estados Unidos a assumir o fardo imperial depois da II Guerra Mundial. As estratégias imperiais são diferentes das estratégias imperialistas. As primeiras concentram-se no centro e na ordem, sem se preocuparem com as periferias, enquanto as segundas têm uma obsessão pelas periferias e julgam que estão aí os desafios reais. Os modelos das estratégias imperiais são Roma e a China – os impérios clássicos que souberam durar séculos.

O dilema contemporâneo dos Estados Unidos é escolher entre a sua missão – consolidar os direitos humanos – e a racionalidade imperial – consolidar o seu império. O risco maior não é a ameaça dos inimigos externos, mas o «*moral overload*» imposto pelo zelo missionário que torna impossível a impassibilidade imperial perante o mundo externo e os bárbaros. O dilema da Europa é estar habituada a seguir os Estados Unidos e ainda não ter percebido que perdeu a sua capacidade para orientar as estratégias imperiais.

**PHILIP GORDON,
WINNING THE RIGHT WAR. THE PATH
TO SECURITY FOR AMERICA
AND THE WORLD**

Nova York, Henry Holt and Company, 2007, 224 pp.

O grande debate sobre a evolução da estratégia dos Estados Unidos está a ser travado durante a campanha presidencial norte-americana. Philip Gordon, director de Estudos Europeus no Council on Foreign Relations, tornou público o seu apoio a Barack Obama e propõe uma

estratégia alternativa para a política externa dos Estados Unidos.

As críticas de Philip Gordon à política da Administração republicana começam, e bem, pela recusa da simplificação absurda imposta pela «guerra contra o terror», onde todos os gatos – xiitas e sunitas, revolucionários e conservadores, islamitas e nacionalistas – são pardos. Os seus argumentos incluem temas importantes, como o prejuízo moral e político que a violação dos princípios do direito, como a criação dos párias de Guantánamo, causaram à democracia norte-americana e ao seu prestígio internacional, ou os desastres na relação com os aliados tradicionais. As suas propostas, em boa parte, inserem-se numa linha de continuidade do que tem sido uma viragem gradual da própria Administração, desde a substituição dos secretários de Estado e da Defesa, quer em relação à necessidade de negociar com o Irão, quer na relação com os aliados, nomeadamente na contenção dos conflitos regionais.

Philip Gordon quer ir mais longe e sair do Iraque, logo que existam condições mínimas, e desmilitarizar a estratégia norte-americana no Médio Oriente. O seu modelo é George Kennan e a sua regra é a comparação com a Guerra Fria. Trata-se de «internalizar» os conflitos do Médio Oriente, tal como a estratégia de *containment* conseguiu fazer no caso do bloco soviético, e esperar que um «Gorbachev islâmico» resolva o problema, de cima para baixo e de dentro para fora. Os seus argumentos têm um defeito e uma qualidade. O defeito é a analogia com a Guerra Fria, uma vez que a questão do Médio Oriente

não representa uma ameaça existencial para os Estados Unidos. A qualidade resulta da desvalorização dos conflitos periféricos na estratégia norte-americana, que está implícita na sua estratégia de recuo no Médio Oriente.

**ODED LOWENHEIM,
PREDATORS AND PARASITES.
PERSISTENT AGENTS
OF TRANSNATIONAL HARM
AND GREAT POWER AUTHORITY**

Ann Arbor, University of Michigan Press, 2007, 264 pp.

O «11 de Setembro» e a Al-Qaida foram uma oportunidade admirável para legitimar a preponderância dos Estados Unidos, que foi desperdiçada quando a Administração republicana adoptou a doutrina da guerra preventiva e pôs em causa o princípio da soberania dos estados como fundamento da ordem internacional.

Essa é a conclusão de Oded Lowenheim, um teórico construtivista da Universidade Hebraica de Jerusalém, na sua análise comparativa sobre os «predadores» e os «parasitas» – os agentes não estatais, mais ou menos malignos, cuja capacidade de acção transnacional – incluindo a acção violenta dos terroristas – desafia a autoridade e as normas criadas e impostas pelas grandes potências. A análise comparativa entre os piratas da Costa da Barbárie no século XIX e os jihadistas do século XXI quer demonstrar que os «predadores transnacionais» são instrumentais para a legitimação da autoridade das grandes potências, uma vez que demonstram a necessidade do seu poder e da sua determinação para impor coercivamente as regras que as próprias grandes

potências estabeleceram para disciplinar o conjunto dos agentes do sistema internacional – a ordem assente na soberania dos estados. Esse reconhecimento geral transforma o «poder cru» das grandes potências na «autoridade legítima» dos guardiões da ordem internacional e essa legitimidade é indispensável para a sua «reprodução social». Na parte teórica, o argumento quer contestar a divisão rígida entre anarquia e hierarquia e abrir espaço para um estado intermédio em que a ausência de um centro de autoridade internacional não implica a ausência de normas internacionais, criadas e impostas pelas gran-

des potências, cujo estatuto é reconhecido como legítimo pelos outros estados. Na parte empírica, trata-se de saber se a Administração republicana queria consolidar a ordem internacional ou se, pelo contrário, a tentou transformar e, também, se é possível restaurar a ordem posta em causa, sucessivamente, pelos «predadores» e pela doutrina da guerra preventiva. Metternich queria inverter o sentido do seu tempo e restaurar o *ancien régime* e pode ser que esse seja também o programa do próximo Presidente dos Estados Unidos.

■ CARLOS GASPAR

INTERNET

INTERNATIONAL CRISIS GROUP [HTTP://CRISISGROUP.ORG](http://crisisgroup.org)

«ICG é uma organização que conta...», disse uma vez Colin Powell. Em Janeiro deste ano, a publicação de um estudo liderado por James G. McGann, do Foreign Policy Research Institute (FPRI), veio confirmá-lo ao considerar o International Crisis Group (ICG) como um dos dez *think tanks* mais influentes do mundo (sem contar com as organizações de origem norte-americana).

O ICG é uma organização não governamental que procura contribuir para a prevenção e resolução de conflitos violentos através de *advocacy* de alto nível, com base nos relatórios de análise elaborados por equipas de analistas no terreno.

Presidido por Gareth Evans, antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália, o ICG não é uma instituição académica. Contudo, as suas análises e relatórios representam um contributo inquestionável para a compreensão de conflitos existentes ou latentes, com recomendações práticas para os decisores políticos e que já têm sido implementadas por alguns governos. Por outro lado, o leque de personalidades que compõem o conselho de administração do ICG, como o britânico Chris Patten ou o finlandês Martti Ahtisaari (presidente emérito), certificam a fiabilidade dos seus relatórios e o impacto das suas recomendações.

Ferramenta incontornável do trabalho do ICG, o site <http://crisisgroup.org> disponibiliza em linha os seus relatórios bem como o *CrisisWatch*, boletim mensal com informação actualizada sobre a evolução

das situações em acompanhamento, é uma fonte com informações completas, imparciais e oportunas sobre conflitos em cinco regiões do mundo, e especializada sobre temas mais gerais, mas sempre relacionados com a prevenção, gestão e resolução de conflitos – islamismo, violência e reforma; questões energéticas; responsabilidade de proteger; paz e justiça, género e conflito; alterações climáticas e conflito; terrorismo internacional; democratização; União Europeia e HIV/Sida.

Bem estruturado e com uma imagem simples mas apelativa, o site apresenta três temas de destaque, remetendo-nos para o sumário executivo e as recomendações dos respectivos relatórios, bem como alertas para outros temas-chave e ainda um gabinete para a imprensa bastante útil pois, para além dos habituais comunicados de imprensa, remetem para breves resumos sobre a história de vários conflitos que constituem um útil auxiliar para quem não é especialista.

Aconselha-se a adesão à *newsletter* do ICG, que garante o acesso actualizado ao *CrisisWatch* e aos relatórios, bem como a actualizações semanais da organização.

INSTITUT FRANÇAIS DES RELATIONS INTERNATIONALES
[HTTP://WWW.IFRI.ORG/](http://www.ifri.org/)

Única instituição francesa distinguida com a classificação de um dos dez *think tanks* mais influentes do mundo (no mesmo estudo que assinalou o ICG), o Institut Français des Relations Internationa-

les (IFRI) é uma referência no panorama da investigação na Europa.

Fundado em 1979 por Thierry Montbrial, que mantém a presidência, o IFRI é um instituto pluridisciplinar (como se auto-define) que promove a investigação e a realização de debates sobre uma extensa variedade de temas de relações internacionais, procurando estabelecer uma ponte entre a academia, o sector público, a sociedade civil e o mundo empresarial, designadamente ao nível da tomada de decisões. Desta forma, a par de programas com uma abordagem regional (África, Europa, Ásia, Magrebe e Médio Oriente, Estados Unidos e Rússia/NEI), os investigadores do IFRI exploram temáticas como a economia mundial, as migrações, a segurança, a energia, o espaço e, curiosamente, o desporto, na tentativa de afirmação do seu papel ao nível da «diplomacia intelectual». Mas uma das vertentes mais fortes do IFRI é, precisamente, a promoção bastante intensa de debates, como uma consulta ao seu calendário permite confirmar. Neste capítulo, lamentamos a ausência da publicação no site de transcrições dos eventos mais relevantes, uma estratégia seguida pelas instituições americanas mais destacadas e cujo exemplo o IFRI deveria adoptar, pois reforçaria seguramente a sua ligação à sociedade civil, principalmente dado que a maioria destes eventos não são abertos ao público em geral.

Ainda no capítulo das publicações, só uma pequena parte da produção do IFRI é disponibilizada em linha, nomeadamente as colecções «Note du Cerfa» e «Proliferation Papers», bem como alguns documentos exclusivamente electrónicos, facilmente

acessíveis à distância de um clique no link http://www.ifri.org/frontDispatcher/ifri/publications/publications_en_ligne_1044623469287. Não devemos, no entanto, deixar de referir que o IFRI tem um catálogo de publicações muito mais extenso do que os textos disponibilizados no site, onde se destacam a publicação da revista *Politique Étrangère* (trimestral) e do anuário *RAMSES* sobre a actualidade internacional, bem como de diversas colecções temáticas.

O site do IFRI, embora não seja muito atractivo graficamente, é de fácil navegação e a sua consulta também está disponível em língua inglesa, o que lhe permite um alcance mais global. Finalmente, aconselha-se a assinatura da sua *newsletter* que facilita o acesso em primeira mão quer à sua agenda, quer às suas últimas publicações.

FAREED ZAKARIA

**[HTTP://FAREEDZAKARIA.COM](http://fareedzakaria.com) E
[HTTP://WWW.NEWSWEEK.COM/](http://www.newsweek.com/)**

Jornalista conservador, educado em Yale e Harvard, Fareed Zakaria é director da edição internacional do semanário *Newsweek* e colunista assíduo da imprensa de referência norte-americana. A sua actividade jornalística iniciou-se quando, após um começo de carreira como professor universitário, passou a colaborar na edição da influente *Foreign Affairs*, a revista do Council on Foreign Relations.

Em 2001, no rescaldo dos ataques terroristas de 11 de Setembro, o seu artigo de capa da *Newsweek* «The politics of rage:

why do they hate us?» (edição de 15 de Outubro), em que reflectia sobre o significado dos ataques, catapultou-o para a ribalta do comentário político. No entanto, já em finais da década de 1990 Zakaria havia dado nas vistas, nomeadamente com um pequeno ensaio na *Foreign Affairs* («The rise of illiberal democracy», 1997) em que exprimia o seu cepticismo relativamente aos aspectos mais formais de muitas democracias e às suas tendências populistas e antiliberais. Esse ensaio esteve depois na origem do seu aclamado livro de 2003, *The Future of Freedom: Illiberal Democracy at Home and Abroad* (editado em Portugal pela Gradiva) onde defende, com alguma controvérsia, o argumento de que a liberdade individual, e não a democracia, é a condição essencial para o desenvolvimento económico e o fortalecimento do Estado de direito. Esse livro valeu-lhe o epíteto de «Man of the World» por parte de algumas publicações, e várias figuras norte-americanas, como Henry Kissinger, auspiciaram-lhe um futuro brilhante na área política governamental. No entanto, embora a Administração Bush tenha sido pródiga em recrutar colaboradores de grupos étnicos minoritários, Zakaria acabou por ficar de fora das escolhas do Presidente.

Realista liberal, Zakaria discorda da doutrina de promoção da democracia adoptada pela Administração americana, é defensor do multilateralismo e apesar de inicialmente ter adoptado uma posição favorável à intervenção no Iraque (desde que esta contasse com o aval das Nações Unidas), o evoluir do conflito naquele país contribuiu para que os seus editoriais e

colunas de opinião, compiladas na sua página oficial, veiculassem uma perspectiva cada vez mais crítica da política externa norte-americana para a região. Constituindo uma leitura sempre bem informada, rigorosa e esclarecedora, a sua coluna já foi premiada por diversas vezes, razão adicional para que o seu site mereça uma visita semanal. Em 2008 estreará um programa semanal na CNN.

Porém, mesmo reconhecendo Zakaria como uma das vozes mais influentes em matéria de política externa nos Estados Unidos, e apesar de o site ter como vantagem a centralização dos seus artigos e remissão para os seus livros e para as publicações em que colabora, numa era de blogues esta página parece-nos um pouco desactualizada e a merecer um formato de nova geração que, para além de mais apelativo, facilitaria certamente o diálogo com os internautas interessados em política internacional.

TIMOTHY GARTON ASH
[HTTP://COMMENTISFREE.GUARDIAN.CO.UK/TIMOTHY_GARTON_ASH](http://commentisfree.guardian.co.uk/timothy_garton_ash) E
[HTTP://WWW.TIMOTHYGARTONASH.COM](http://www.timothygartonash.com)

Historiador, professor de Estudos Europeus na Universidade de Oxford, *senior fellow* na Hoover Institution e membro fundador do think tank European Council on Foreign Relations, Timothy Garton Ash afirmou-se como ensaísta e colunista desde a década de 1980, quando os seus artigos sobre a mudança política dos países da Europa Central e de Leste começaram a ser publicados na imprensa. Foi editor de assun-

tos internacionais da *Spectator*, colunista de política internacional do *Independent* e colaborador do *The Times*.

Conhecido como o «historiador do presente», tem publicado importantes obras sobre a evolução da Europa nas últimas três décadas, destacando-se os seus livros dedicados à luta do Solidariedade na Polónia dos anos de 1980, à divisão da Alemanha, às revoluções democráticas de 1989, ou até à vigilância que em tempos a STASI, a polícia secreta da ex-RDA, lhe montou. Uma visita ao seu site oficial serve fundamentalmente para nos reencaminhar para a página de ensaios publicados periodicamente na revista *New York Review of Books* [<http://www.nybooks.com/authors/92>] e para o seu blogue na página do jornal *The Guardian* [http://commentisfree.guardian.co.uk/timothy_garton_ash], que publica semanalmente as suas crónicas, reproduzidas em Portugal pelo jornal Público.

Considerado uma das cem pessoas mais influentes do mundo pela revista *Time* em 2005, Garton Ash é regularmente ouvido por líderes mundiais e europeus, e os seus artigos possuem uma vasta audiência internacional. Para isso muito contribui a sólida formação histórica do autor, a sua perspicácia, claro, mas também a sua prosa límpida e elegante, a lembrar o estilo de George Orwell (de quem Garton Ash é um admirador incondicional). Politicamente, poderá ser considerado um moderado, alguém que se reclama da herança liberal clássica britânica e se revê também na tradição da social-democracia europeia. Durante a Guerra do Iraque, foi patente o seu esforço em introduzir um elemento de racional-

dade e moderação na escalada de recriminações mútuas entre os círculos intelectuais e políticos da América e da Europa. Europeísta convicto (circunstância que o torna uma voz singular no seu país de origem), o autor lançou recentemente a polémica ideia da edição de uma história comum da União Europeia. Este género de propostas é uma das razões pelas quais Garton Ash merece ser lido regularmente: as suas ideias suscitam um animado debate e cada post do autor recebe, habitualmente,

um elevado número de comentários e referências em blogues políticos.

Uma outra ligação patente no site oficial de Timothy Garton Ash leva-nos ao site Free World Web Archive [<http://www.timothygartonash.com/oldforum>], criado na sequência do lançamento do seu último livro, *Free World* (2004), para promover o debate sobre as escolhas fundamentais que o Reino Unido, a Europa e os Estados Unidos enfrentam actualmente.

■ ISABEL ALCARIO